

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.322, DE 2023

Altera o art. 48 da Lei nº 8.245 de 1991, para ampliar o prazo máximo do contrato de locação temporária.

EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber no art. 48 da Lei nº 8.245, de 1991, modificado pelo art. 2º do projeto de lei, o seguinte parágrafo e numere-o adequadamente:

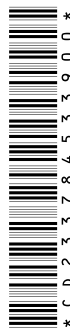
“§ Os aplicativos que fazem reservas de alugueis de temporada são responsáveis pela informação completa dos dados dos locatários e pela cobrança de multas para casos de atrasos na saída ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda supre lacuna na lei a respeito dos dados dos locatários e da responsabilidade de cobrança de multas. Hoje, o locador que utiliza aplicativos de locação para temporada, tais como Booking e Airbnb, não dispõe dos dados dos locatários. Isso dificulta ao locador realizar qualquer cobrança de multa ou de indenização por danos materiais.

Pela norma vigente, os aplicativos, por não terem a responsabilidade pelos dados ou pela cobrança de multas, não têm interesse em ajudar os locadores.

Sendo assim, é de bom alvitre que a lei estabeleça que os aplicativos que fazem reservas de alugueis de temporada são responsáveis pela informação completa dos dados dos locatários e pela cobrança de multas para casos de atrasos na saída.



Posto isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JOSÉ MEDEIROS

2023-13003

